

05/06/2013 às 11h39 1

Brasil precisa avançar no crédito privado de longo prazo, diz Augustin

Por Murilo Rodrigues Alves e Eduardo Campos | Valor

Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#) [g+](#)



BRASÍLIA - (Atualizada às 11h45) O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin (foto), reiterou nesta quarta-feira a necessidade de o governo estimular o financiamento privado de longo prazo.

Em seminário sobre o tema promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), em Brasília, o secretário disse que o papel do setor privado no financiamento de longo prazo é “muito importante”. Por isso, segundo ele, o governo trabalha a fim de aumentar os mecanismos para incentivar essa participação.

“Já criamos alguns instrumentos, como as debêntures de infraestrutura, mas temos que criar uma cultura”, disse a representantes de instituições financeiras, em sua maioria públicas. “O Brasil está saindo do vício da taxa de juros de curto prazo muito alta”, disse Augustin.

Defendendo que o país já avança na questão dos investimentos ele citou os desembolsos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), de R\$ 200 bilhões nos últimos quatro anos. O secretário ainda destacou os investimentos em logística que serão feitos nos próximos anos com as concessões de portos, rodovias e aeroportos, e as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O desafio, segundo Augustin, é diminuir a burocracia para os projetos de investimento, especialmente pelas instituições públicas, bem como a criação de instrumentos que facilitem os financiamentos desses projetos. O seminário promovido pelo BID e pela ABDE sobre o papel das instituições financeiras no desenvolvimento regional e no fomento ao investimento privado de longo prazo se estende até quinta-feira.

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse nesta quarta-feira que a decisão de zerar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em renda fixa não visa aumentar os investimentos estrangeiros no país, embora reconheça que tal ação, somada aos “bons fundamentos do país”, possa gerar um aumento do fluxo.

“Os nossos títulos já têm uma participação significativa e crescente de estrangeiros”, disse Augustin ao deixar seminário em Brasília sobre o papel das instituições financeiras no desenvolvimento regional e o fomento ao investimento privado de longo de longo prazo. “As medidas que o governo toma têm sempre por objetivo diminuir a volatilidade e permitir uma melhor equação para a economia brasileira.”

Ele reiterou, como o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que a redução do IOF para títulos de renda fixa (que antes tinha alíquota de 6%) é uma medida de longo prazo. “São medidas normais que o governo toma na medida de ajustar os preços no melhor sentido e, obviamente, que tem relação com o mercado internacional”, completou.

Augustin não quis fazer avaliação sobre o efeito imediato da medida, que no início da sessão de hoje reduziu a cotação do dólar e provocou mudanças de preços no mercado de juros futuros.

O secretário disse que a retirada do IOF não busca atrair mais dólares para resolver problemas do déficit crescente nas contas correntes brasileiras. “O Brasil tem reservas [internacionais] muito significativas. Então, não é nesta linha”, afirmou.

Augustin acrescentou desconhecer qualquer outra medida envolvendo IOF.

Segundo ele, a melhora do perfil do endividamento brasileiro é um objeto antigo e vem ocorrendo há muito ano. “O que a gente procura é, com os fundamentos cada vez mais sólidos, ter a participação do capital estrangeiro e nacional, fazendo com que a nossa curva de títulos continue melhorando”, disse, dando como exemplo a recente captação externa do Tesouro, que saiu com spread mínimo histórico sobre os títulos americanos.

(Murilo Rodrigues Alves e Eduardo Campos | Valor)